



## **DINÂMICAS DE PODER NA ÁFRICA AUSTRAL: A POLÍTICA EXTERNA REGIONAL SUL-AFRICANA SOB A ÉGIDE DO MULTILATERALISMO**

Nicolý Rossoni Correia, discente de Relações Internacionais, Universidade Federal do Pampa,  
Campus Santana do Livramento

Maria Clara Andrade Bueno, discente de Relações Internacionais, Campus Santana do  
Livramento

Nathaly Silva Xavier Schutz, docente, Universidade Federal do Pampa

[nicolycorreia.aluno@unipampa.edu.br](mailto:nicolycorreia.aluno@unipampa.edu.br)

A política externa da África do Sul sofreu uma expressiva reorientação a partir da década de 1990, como modo de se adequar à nova configuração global do mundo pós-Guerra Fria e ao fim do Apartheid. Suplantado o momento de isolamento internacional do país, ocasionado em face da política nacional de segregação racial, a política exterior sul-africana se volta para a reinserção no Sistema Internacional (SI) e para a sua consolidação como liderança regional na África Austral, analisada nesta pesquisa sob a ótica da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da União Aduaneira da África Austral (SACU). Portanto, o presente trabalho tem como principal objetivo compreender como se deu a política externa sul-africana para a África Austral a partir da década de 1990. Buscar-se-á assimilar as estratégias empreendidas pela África do Sul para se lançar novamente como uma hegemonia regional, analisando sua atuação nos dois principais organismos multilaterais sub-regionais: a SADC e a SACU. Para tal, a pesquisa valeu-se da análise de levantamentos bibliográficos e de produção acadêmica, além de utilizar como metodologia o método observacional em conjunto com a pesquisa descritiva. O período pós-apartheid reservou à África do Sul uma série de novas — e antigas — perspectivas e desafios. Portanto, diante da falência do apartheid, concomitantemente ao prelúdio do desfecho da Guerra Fria, era inequívoco que o Estado sul-africano deveria passar por um momento de inflexão de sua política externa, preconizando o nascimento de uma nova África do Sul. Com o intuito de romper com o seu isolamento, inserir-se de maneira ativa no sistema e reconquistar sua posição de relevância na sub-região da África Austral, foi formulado, no cerne do governo do Congresso Nacional Africano, um novo paradigma de política externa para a África do Sul, o qual recebeu o nome de *African Renaissance*. Contrariamente à política externa de desestabilização regional empreendida pela África do Sul na Guerra Fria, a política exterior pós-apartheid teve como pauta prioritária o estreitamento das relações com os vizinhos da África Austral. O compromisso com a pacificação e integração regionais foi sustentado principalmente na cooperação intensiva. Além da finalidade de integração, as organizações regionais foram vistas pela África do Sul como uma plataforma para a consolidação de sua liderança regional, visando, sobretudo, à preponderância econômico-comercial por meio de uma estratégia voltada ao multilateralismo. No contexto regional multilateral, a África do Sul assume papel central na SACU e na SADC. As iniciativas de união entre os Estados africanos em organizações internacionais começaram a surgir no início dos processos de descolonização. Por terem a consciência de que possuíam pouco poder efetivo no SI, os países africanos começaram a se articular em ações coletivas

com o intuito de defenderem seus interesses e objetivos comuns. Grande parte das discussões da SADC permeia as relações com a África do Sul. Apesar da motivação inicial do bloco — a luta contra o Apartheid — não existir mais, o gigantismo econômico sul-africano em relação aos demais Estados da região permanece visível, evidenciando a dependência dos membros à África do Sul. A SADC acabou por se tornar, dessa forma, um importante recurso multilateral da diplomacia sul-africana. Na SACU, as divergências político-econômicas entre a África do Sul e os demais países-membros são patentes, uma vez que aquela possui clara preponderância diante destes. A união aduaneira foi, desde sua criação, instrumentalizada como um meio do governo sul-africano exercer controle sobre as economias dos integrantes. Nesse sentido, esse aspecto diverge do preceito de uma integração regional, que seria a promoção do desenvolvimento econômico entre os Estados membros através da gradual diminuição das diferenças entre eles. O que de fato aconteceu foi o aprofundamento das desigualdades entre o país mais poderoso da sub-região e os demais. Entende-se, portanto, que o desenlace da Guerra Fria e o desmoronamento da política de segregação racial sul-africana trouxeram consequências severas à África Austral. Acrescentam-se aos desafios novos as antigas problemáticas que aniquilam a região desde seus tempos coloniais, provocando complexas e profundas marcas estruturais que perpetuam a fragilidade do sistema africano. Diante dessa conjuntura, o Renascimento Africano se estabeleceu, na África do Sul, como uma estratégia de se recolocar no cenário internacional e recuperar o papel de liderança regional uma vez assumido, utilizando o multilateralismo como um dos princípios-chave para a concretização dos interesses nacionais e do desenvolvimento continental. O projeto sul-africano se mostra deveras exitoso, uma vez que a África do Sul coloca-se como a principal autoridade dos dois blocos sub-regionais, seja por sua posição hegemônica política ou econômica.

**Agradecimentos:** o presente trabalho foi realizado com o apoio da Universidade Federal do Pampa.

**Palavras-chave:** África do Sul; Multilateralismo; África Austral.